

O QUE A CENSURA NÃO CORTOU: uma análise das charges do jornal Movimento em tempos de censura¹

WHAT CENSORSHIP DIDN'T CUT: an analysis of editorial cartoons from the newspaper Movimento in times of censorship

Rozinaldo Antonio Miani²

Resumo: Fundado em julho 1975 como um semanário jornalístico, o jornal Movimento - um dos principais veículos da “imprensa alternativa” - foi submetido à censura prévia desde a sua primeira edição, situação que perdurou por quase três anos. Apesar disso, o Movimento se utilizou de inúmeras estratégias comunicativas para revelar e denunciar as mazelas cometidas pelo regime militar e, dentre elas, destacamos o uso das charges que representou uma das principais características do seu projeto editorial. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as charges publicadas na primeira página do jornal Movimento entre julho de 1975 e junho de 1978, período em que esteve submetido à censura prévia, com vistas a identificar a retratação da realidade que a censura permitiu mostrar. Seguindo os pressupostos metodológicos da análise do discurso chárigo, as charges do jornal Movimento revelaram uma sociedade marcada pela repressão e pela implementação de um programa econômico recessivo e impopular.

Palavras-Chave: Imprensa alternativa. Jornal Movimento. Censura prévia. Charge.

Abstract: Founded in July 1975 as a weekly newspaper, the newspaper Movimento - one of the main outlets of the “alternative press” - was subject to prior censorship since its first edition, a situation that lasted for almost three years. Despite this, the newspaper Movimento used numerous communication strategies to reveal and denounce the evils committed by the military regime, and among them we highlight the use of editorial cartoons, which represented one of the main characteristics of its editorial project. In this sense, the objective of this article is to analyze the editorial cartoons published on the front page of the newspaper Movimento between July 1975 and June 1978, a period in which it was subject to prior censorship, with a view to identifying the portrayal of reality that censorship allowed to be shown. Following the methodological assumptions of the analysis of the chargist discourse, the editorial cartoons in the newspaper Movimento revealed a society marked by repression and the implementation of a recessive and unpopular economic program.

Keywords: Alternative press. Newspaper Movimento. Prior censorship. Editorial cartoon.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025.

² Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (Fundação Araucária). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL/PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). E-mail: rmiani@uel.br.

1. Introdução

Próximo de completar 50 anos de sua fundação, o jornal Movimento ainda guarda segredos a serem revelados³. Nascido em julho de 1975 no rastro da abertura política (“lenta, gradual e segura”) impulsionada pelo governo Geisel (1974-1979), um dos mais importantes veículos da chamada “imprensa alternativa” (Kucinski, 2003) teve que conviver por quase três anos com a censura prévia.

Apesar do discurso do então presidente Ernesto Geisel - tão logo assumiu o governo federal - de que o regime militar passaria por uma “distensão”, na prática, o que se constatou foi que se tratava de uma estratégia que consistia em “abrir espaços institucionais e canais de diálogo com vozes seletivas e autorizadas, sem necessariamente abrandar a repressão à esquerda e aos movimentos sociais como um todo” (Memórias da Ditadura, 2025a). Essa constatação tem fundamento, justamente, porque o fim da vigência do Ato Institucional nº 5 (AI-5), principal instrumento de repressão do período ditatorial, só foi revogado no final do ano de 1978; portanto, qualquer discurso de que vigorava uma abertura política era, no mínimo, contestável. E foi nesse contexto que alguns veículos de imprensa identificados explicitamente como contrários ou críticos aos governos militares, como o jornal Movimento e o jornal O São Paulo (publicação da Arquidiocese de São Paulo), permaneceram sob censura prévia até meados de 1978.

A censura prévia produziu inúmeras dificuldades e prejuízos ao jornal Movimento, inclusive, comprometendo em grande parte sua viabilidade editorial e financeira. Entretanto, o jornal se manteve em circulação e, na medida do possível, cumprindo os propósitos de seu programa político que visava “apresentar, analisar e comentar os principais acontecimentos políticos, econômicos e culturais da semana; descrever a cena brasileira, as condições de vida da gente brasileira; acompanhar a luta dos cidadãos brasileiros pelas liberdades democráticas [...]” (Pereira, 1975, p.5). Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as charges que foram efetivamente publicadas na primeira página do jornal Movimento no período correspondente ao exercício da censura prévia buscando identificar os aspectos da realidade brasileira e internacional que a censura patrocinada pelo regime militar permitiu que o jornal divulgasse.

³ Nos referimos, de modo particular, às charges que foram censuradas durante o período da censura prévia ao jornal Movimento, que totalizaram mais de 2.200 imagens segundo os próprios responsáveis pela publicação (Movimento, 1978, p.16), e que são objetos de estudo de pesquisa atualmente em desenvolvimento.

Para tanto, inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, apresentaremos uma breve contextualização histórica do governo Geisel, por se tratar do respectivo período em que o jornal Movimento circulou sob censura prévia, problematizando o sentido atribuído ao processo de distensão do regime ditatorial. Na sequência, faremos uma análise descritiva das principais características do referido periódico, apresentando alguns aspectos relacionados à censura prévia e destacando a importância estratégica que a charge ocupou em seu projeto editorial.

Por fim, apresentaremos um quadro geral do conjunto de charges publicadas na primeira página do Movimento no período definido para este trabalho, indicando as temáticas e principais abordagens verificadas, bem como realizaremos uma análise por amostragem de algumas charges selecionadas utilizando para tanto a metodologia da análise do discurso chárgeo. De acordo com Rozinaldo Antonio Miani (2023, p.63), a referida metodologia está fundada “nos mais diversos métodos de análise e leitura de imagens dialeticamente articulado com os principais pressupostos que compõem os métodos de análise discursiva”. E segue:

A realização de uma análise da conjuntura sociopolítica correspondente à historicidade e à temporalidade representada na charge - enquanto estratégia comunicativa e/ou fonte histórica - e a construção analítica das condições sócio-históricas de produção e de consumo das charges, combinadas com o reconhecimento da natureza singular das modalidades do humor gráfico e de sua condição de produção imagética, se colocam como elementos determinantes dentre os procedimentos metodológicos para a realização das respectivas análises. (Miani, 2023, p.63).

Vale destacar que a contextualização histórica a ser realizada já deve ser considerada como um procedimento de aplicação da referida metodologia, portanto, os elementos a serem apresentados se articulam de modo dialético com os aspectos pertinentes ao respectivo contexto a que se refere o conjunto das charges, bem como a cada uma das charges a serem analisadas.

2. Governo Geisel: início da abertura política, *pero no mucho!*

Se considerarmos a dialética da duração e partirmos do paradigma historiográfico da “longa duração” (Braudel, 1965) é possível admitir que a partir do golpe militar de 1964 se estabeleceu uma nova etapa no processo sociopolítico brasileiro, fundamentado na perspectiva de plena retomada do controle político e ideológico por parte das elites dominantes sobre as classes subalternas que, principalmente, no contexto do governo João

Goulart, se mobilizavam em torno de algumas bandeiras progressistas conhecidas como “reformas de base”, como a Reforma Agrária, a Reforma Urbana e a Reforma Educacional (Moreira, 2011).

Estamos longe de afirmar que tais mobilizações indicavam a perspectiva de construção de um processo revolucionário no Brasil; porém, devido àquele momento histórico - em especial, pelos desdobramentos vitoriosos da revolução cubana e seu impacto nos processos de lutas de classes na América Latina - e pela vitalidade da organização popular à época, essa possibilidade foi incorporada ao imaginário das forças militares e conservadoras que decidiram agir, sob pretexto de uma ação preventiva.

O golpe militar de 1964 representou um momento de ruptura importante, marcado pelo autoritarismo e pelo discurso da segurança nacional que visava a contenção do ímpeto revolucionário supostamente presente nas ações dos movimentos e organizações sociais da época. As Forças Armadas foram apoiadas pelos grupos mais conservadores da sociedade brasileira, com destaque para os setores empresariais (Dreifuss, 1981), e assumiram totalmente o poder político. Daí podemos considerar que o regime militar foi a alternativa adotada pelas classes dominantes e se constituiu como sufocamento de uma eventual ruptura política que poderia ocorrer como decorrência dos anos de práticas populistas. Tratava-se, pois, de uma “ditadura destinada a erradicar o populismo e a prevenir a avalanche vermelha” (Aguiar, 2002, p.404).

O período de mais de 20 anos caracterizado como ditadura civil-militar (1964-1985) foi marcado por momentos bastante distintos. Um primeiro momento foi conformado, dentre outros aspectos, pelo estabelecimento de instrumentos “legais” para o exercício do autoritarismo; tratava-se de um “disfarce legalista para a ditadura” (Memórias da Ditadura, 2025b). Decretos, leis, atos institucionais e emendas constitucionais impostos à sociedade nos primeiros anos do regime militar culminaram, em 1967, na aprovação e promulgação de uma nova Constituição - reformulada pela Emenda nº 1 à Constituição Federal de 1967 e outorgada por uma Junta Militar em outubro de 1969 - e que foi constituidora das condições políticas para a implantação de um regime “institucionalmente” autoritário.

A partir de 1969 - mais precisamente, após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5) em dezembro de 1968 - e até 1974, instaurou-se definitivamente um regime político baseado na repressão e no terror, sob a bandeira da defesa da “Segurança Nacional”, e que ficou

conhecido como “anos de chumbo”. Naquele período as manifestações populares foram duramente reprimidas e as principais lideranças políticas da esquerda, bem como intelectuais e artistas do campo progressista sofreram forte perseguição e repressão, inclusive, sendo vítimas de torturas que, em muitos casos, causaram a morte de vários militantes políticos.

Em alguma medida, a posse do general Ernesto Geisel à Presidência da República em 1974 alterou o perfil do regime militar. Uma retórica marcada pela disposição de promover uma “distensão lenta, gradual e segura” do regime militar foi edificada, estabelecendo as bases do que ficaria conhecido como “abertura política”. Guardadas as devidas proporções e reconhecendo a complexidade de cada momento específico do processo de abertura política, esse período se estendeu até 1985 quando se encerrou o mandato presidencial do general João Baptista de Oliveira Figueiredo e, consequentemente, quando tomou posse José Sarney, o primeiro presidente civil eleito desde o golpe militar, que assumiu o governo após ser indicado como vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves que, apesar de ter vencido as eleições indiretas do Colégio Eleitoral, faleceu antes mesmo de assumir a Presidência.

Florestan Fernandes (1982, p.14), ao analisar o funcionamento da ditadura no contexto correspondente à passagem do governo Médici para o governo Geisel, afirma que à época não se poderia negligenciar “a existência de uma crise da ditadura”. Segundo o referido autor, a crise decorreria “do desgaste do regime ditatorial e da corrupção escancarada de sua forma de governo” e, como desdobramento, se estabeleceu uma “liberalização outorgada” (Fernandes, 1982, p.14).

Nesse sentido, a perspectiva política de liberalização do regime militar-autoritário teria surgido do próprio seio das Forças Armadas que, por meio de uma aliança entre os setores militares “liberais” e tecnocratas civis, impôs a candidatura do general Ernesto Geisel para suceder o general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República. Para Brasílio Sallum Jr. (1996, p.21-22) “o objetivo da mudança política pretendida era atingir a ‘normalização institucional’: liberalizar o regime não para superar a ordem autoritária mas para institucionalizá-la”.

O general Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1974 e alguns meses depois, em novembro daquele mesmo ano, o seu governo foi “surpreendido” com uma vitória consagradora do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições

parlamentares de 1974⁴. De acordo com Adriano Faria e André Fontenelle (2014), na posse de Geisel o regime militar completava dez anos com poucas ameaças no horizonte; inclusive, o contexto político parecia estar bastante favorável, afinal a Aliança Renovadora Nacional (Arena) havia conquistado uma vitória esmagadora nas eleições de 1970 e vinha mantendo o controle político institucional, além de o governo anterior (governo Médici) ter mantido as rédeas dos oposicionistas com base na repressão e na tortura. No entanto, segundo Faria e Fontenelle (2014, p.1):

O ano de 74 terminaria, porém, em desastre para o governo. Nas eleições de 15 de novembro, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido da “oposição consentida”, se recupera espetacularmente, elegendo 16 senadores, das 22 vagas em disputa; e por pouco não obtém a maioria da Câmara, tendo conquistado 161 das 364 cadeiras, ou 44%.

Dentre os motivos que poderiam explicar aquilo que foi considerado uma das grandes derrotas da ditadura estava o reconhecimento de que o cenário econômico nacional havia piorado significativamente em razão do declínio do milagre econômico e também com as drásticas consequências do chamado “choque do petróleo”. Além disso, vale destacar que “a campanha da ‘anticandidatura’ de Ulysses Guimarães a presidente, pelo Colégio Eleitoral, no ano anterior, fortaleceu a disposição do eleitorado para votar no MDB e desestimulou o voto nulo e a abstenção” (Memorial da Democracia, 2025a).

Apesar de todas as contradições, ainda assim o governo Geisel disseminou um discurso de abertura política prometendo realizar todos os esforços necessários para “o gradual, mas seguro, aperfeiçoamento democrático” (Silva, 2001, p.72). Porém, a principal ação do referido governo no sentido de cumprir sua promessa só ocorreu em outubro de 1978 com a promulgação da Emenda Constitucional nº 11, que revogou todos os atos institucionais e complementares que eram contrários à Constituição Federal, incluído nesse contexto, a revogação do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Por outro lado, o governo Geisel também se utilizou de práticas autoritárias e tomou decisões que em nada correspondiam a uma disposição de impulsivar um processo de abertura democrática. Ao mesmo tempo em que era identificado como integrante da ala moderada das

⁴ Para Adriano Faria e André Fontenelle (2014) tratava-se de um “simulacro de democracia [...], com eleições diretas apenas para deputados, senadores, vereadores e parte dos prefeitos”.

Forças Armadas (em contraposição à ala caracterizada como “linha dura”) e que aceitou o resultado da vitória do MDB nas eleições de 1974, Geisel liberou uma caça às bruxas contra os principais oposicionistas⁵ e, para evitar derrotas futuras, aprovou a Lei Falcão, que proibia os debates no rádio e na TV durante a campanha eleitoral, além de ter lançado em abril de 1977 o famigerado “Pacote de Abril”.

O “Pacote de Abril” foi lançado duas semanas depois de o presidente Ernesto Geisel lançar mão do AI-5 para fechar o Congresso Nacional. Tratava-se de um conjunto de medidas composto por emenda constitucional e decretos autoritários que implicou na imposição de uma reforma política com o propósito de impedir nova vitória eleitoral da oposição. Dentre outras medidas, o pacote estabeleceu a eleição indireta para um terço do Senado⁶, postergou a retomada das eleições diretas para governador e ampliou de cinco para seis anos o tempo de mandato para o presidente da República que seria indicado de modo indireto em 1978. Em texto oficial do Memorial da Democracia (2025b), encontramos uma boa análise das contradições que representou o lançamento do “Pacote de Abril” em relação ao processo de abertura política prometido pelo presidente Geisel:

O Pacote de Abril pôs em evidente contradição o discurso de “abertura política” e a prática autoritária do governo. Vencido nas urnas em 1974 e com nova derrota eleitoral no horizonte, Geisel decidiu conter o avanço do MDB e garantir o controle do Colégio Eleitoral de 1978. O objetivo era fazer o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), seu sucessor. Geisel coroou o pacote, estendendo de cinco para seis anos o mandato do próximo presidente, o que daria fôlego à ditadura até 1985. Para acrescentar uma medida popular, o governo acabou com a “denúncia vazia”, um mecanismo que permitia o despejo de inquilinos de imóveis sem qualquer motivação.

Além disso, a censura à imprensa, uma das principais expressões do autoritarismo, permaneceu em vigência durante quase todo o período do mandato do então presidente Geisel. Mais do que isso, houve uma intensificação da censura contra alguns veículos de comunicação contrários ou críticos ao regime ditatorial, bem como a aplicação da censura prévia aos principais jornais da imprensa alternativa. Nesse contexto, o jornal Movimento já nasceu sob censura prévia.

⁵ Vale lembrar que foi durante o governo Geisel, em outubro de 1975, que ocorreu o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, então diretor de jornalismo da TV Cultura, vítima de tortura.

⁶ Os senadores que foram indicados nesse contexto ficaram conhecidos como “senadores biônicos”.

Pode parecer paradoxal essa situação, ou seja, em um contexto de distensão se verificar uma intensificação da censura à imprensa. Porém, Flávio Aguiar (2002, p.404) nos oferece uma explicação bastante satisfatória a esse respeito, inclusive, demarcando a situação do jornal Movimento:

No espectro dos governos ditoriais, o que diferencia o governo de Geisel é o tipo e o grau de seletividade que nele começam a se exercer. Libera-se um pouco a censura à imprensa escrita; mas o arrocho continua rígido sobre o rádio e a televisão. Levanta-se a censura sobre alguns jornais, mas outros permanecem sob ela, e o recém-criado *Movimento* é nela incluído.

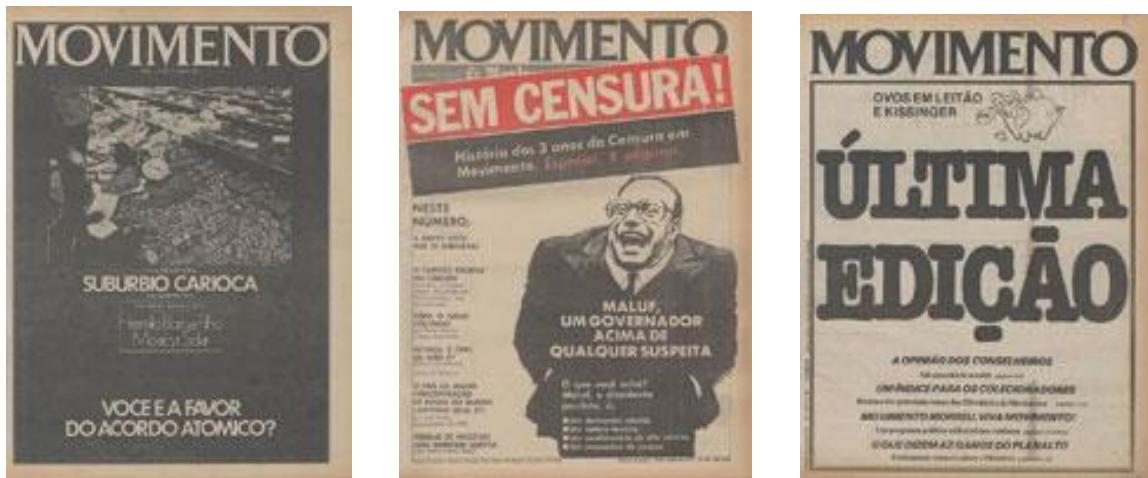
Enfim, é nesse contexto que nasceu o jornal Movimento para integrar o complexo comunicacional do que ficou conhecido como “imprensa alternativa” (Kucinski, 2003). Na sequência, indicaremos algumas das principais características gráfico-editoriais do referido periódico, com destaque para a importância estratégica ocupada pela charge (e, em alguma medida, pelas demais modalidades do humor gráfico), e apresentaremos alguns aspectos relacionados à questão da censura prévia sofrida pelo jornal.

3. Jornal Movimento: censura prévia e a importância da charge

Liderado por Raimundo Rodrigues Pereira, o jornal Movimento foi criado por um grupo de jornalistas que se desligou do jornal Opinião e teve sua primeira edição publicada em julho de 1975; desde então, o Movimento circulou semanalmente até novembro de 1981 (Fig.1). Conforme Bernardo Kucinski (2003), o referido periódico ficou conhecido na história da imprensa alternativa como “o jornal dos jornalistas” por romper com a estrutura verticalizada que predominava nas redações dos jornais da época.

De certo, há uma importante historiografia a respeito do jornal Movimento. Nesse contexto, Carlos Azevedo (2011) foi responsável por produzir uma obra detalhada sobre a experiência do jornal Movimento, ao que intitulou *Jornal Movimento: uma reportagem*. Trata-se, de fato, de uma grande reportagem daquele jornal que foi considerado “uma das mais extraordinárias criações do movimento democrático e popular brasileiro na luta contra a ditadura militar dos anos 1964-1984” (Editora Manifesto, 2011, p.V). Dentre os temas que perpassaram a referida obra, a censura ocupou lugar de destaque; inclusive, o primeiro capítulo se intitula “Já nasceu sob censura”, isso porque o jornal Movimento nasceu sob censura prévia.

Figura 1 - Edições históricas do jornal Movimento



Fonte: Jornal Movimento, respectivamente: primeira edição (nº 1 - 07/07/75); primeira edição sem censura prévia (nº 154 - 12/06/78); última edição (nº 334 - 23/11/81).

Desde sua primeira edição e até a edição número 153, de junho de 1978, todas as edições foram submetidas ao crivo da censura prévia. Assim que a edição estava definida, todo o material era enviado para a sede geral da Polícia Federal em Brasília e depois devolvido com os cortes estabelecidos; e mais, o jornal ainda ficava sujeito a outras determinações de controle, conforme detalha Paolo Marconi (1980, p.74):

1) Para o visto final da censura (oportunidade em que ela verifica se todos os vetos foram respeitados) deverá ser entregue na Polícia Federal um exemplar impresso do jornal, com o que o jornal corre o risco de perder toda uma edição, caso a censura, por qualquer motivo, vete mais algum artigo ou ilustração além daqueles que já foram vetados; [...] 3) Não mais poderá sair em qualquer outra publicação, do País ou do exterior, notícia, nota ou comentário sobre as novas determinações da censura; 4) Não poderão ser distribuídas às outras publicações e nas universidades, matérias vetadas no jornal. Isso é, a censura não se restringe à publicação em questão, pois o produto vetado no jornal fica irremediavelmente vetado para a publicação em qualquer outro veículo; 5) Qualquer violação dessas novas normas acarretará o fechamento imediato de *Movimento*.

Considerando todas as determinações relacionadas à censura prévia, além de sofrer cortes em todas as edições, o Movimento teve três edições apreendidas, com destaque para a edição número 45, que apresentava um especial sobre “O trabalho da mulher no Brasil” e que era considerado o maior esforço jornalístico concentrado já realizado pelo jornal Movimento até então envolvendo mais de 80 pessoas por mais de um mês para poder produzir a respectiva

edição (Azevedo, 2011). Por sua vez, conforme Marconi (1980, p.75), “das duas outras edições apreendidas, a de nº 15 falava dos Contratos de Risco para a exploração do petróleo no Brasil e a quebra do monopólio estatal por companhias estrangeiras. A de nº 116 tinha como manchete ‘Constituinte com Liberdade e Anistia’”.

Enfim, durante o tempo em que esteve submetido à censura prévia, milhares de páginas, de laudas e de ilustrações foram censuradas e isso exigia grande esforço de toda a equipe editorial para conseguir concluir cada uma das edições do jornal. Conforme Azevedo (2011, p.76), “o trabalho, também, era sempre dobrado. Em cada edição faltavam pelo menos três ou quatro matérias principais. Por isso, toda semana os editores trabalhavam com três ou quatro artigos de capa diferentes, porque nunca sabiam quais seriam vetados”.

A contabilização dos efeitos da censura sobre o jornal Movimento foi apresentada por Maria Aparecida de Aquino (1999) quando da realização de sua dissertação de mestrado - transformada posteriormente em livro - e que também se constitui em uma das principais referências para se estudar a censura à imprensa no período da ditadura civil-militar no Brasil e, em especial, a censura no jornal Movimento. De acordo com a referida autora,

M [Movimento] conviveu com a censura durante 153 semanas, desde seu lançamento até o momento em que oficialmente ela foi suspensa, quando permanecia apenas sobre M, Tribuna da Imprensa e O São Paulo. Durante esse período (7 jul. 1975 a 5 jun. 1978), segundo dados do próprio periódico, a censura cortou 3093 artigos na íntegra, 3162 ilustrações e uma média de 4500000 palavras. (AQUINO, 1999, p.128).

Como consequência dos cortes em matérias e ilustrações impostos pela censura prévia, o projeto gráfico-editorial do jornal Movimento ficou completamente prejudicado. Em razão disso, outra característica atribuída ao jornal Movimento foi a adoção da “estética do feio” que foi assim explicada por Bernardo Kucinski (2003, p.354-355):

Por ter sido o único jornal da imprensa alternativa submetido à censura prévia desde o zero, *Movimento* não realizou com plenitude seu projeto editorial e gráfico. Mutilado desde o início e repleto de erros de revisão, revelou-se um desastre estético. Em contraste com *Opinião*, *Movimento*, desde o início transmitia a sensação de um equívoco editorial. A equipe agora valorizava a doutrina e desprezava o acabamento. [...] Como se quisessem demonstrar que foram deformados pela repressão, ou que pertenciam a um país de pessoas subnutridas, de um povo também deformado e maltratado, com o qual o jornal se identificava, *Movimento* assumia a estética do feio como manifesto político.

A concepção do projeto gráfico, que foi inicialmente apresentada por Elifas Andreato, estabelecia que a maior parte do jornal seria composta por textos, ficando aproximadamente 40% do espaço reservado para imagens (Azevedo, 2011). Porém, além de a censura impor situações que impediam o cumprimento desta diretriz, as imagens (e aqui destacamos as diversas modalidades do humor gráfico) foram ganhando cada vez mais uma condição estratégica para burlar a própria censura e também para promover a denúncia e impulsionar a resistência contra o regime militar.

Em relação à charge, reconhecidamente, essa modalidade do humor gráfico teve presença destacada nos veículos da imprensa alternativa e o jornal Movimento representou importante contribuição nesse sentido. A esse respeito, Azevedo (2011, p.55) afirma que o jornal Movimento “foi um espaço importante para a afirmação de uma nova geração de ilustradores e cartunistas, como Jayme Leão, os irmãos Chico e Paulo Caruso, Cássio Loredano, Grilo, Alcy, Luiz Gê, João Zero, Arnaldo, Nilson, Laerte, Jota, Angeli e Glauco”, sem contar outros chargistas colaboradores que também passaram pela redação do jornal Movimento como Ohy e Arthur.

Para se ter uma ideia da condição estratégica cumprida pela charge, na primeira edição após o fim da censura prévia (edição número 154, de 12 de junho de 1978), os editores do jornal Movimento se manifestaram em relação à sua importância para o periódico e publicaram algumas das charges censuradas que haviam sido proibidas pelos censores de serem publicadas à época de sua produção. Informa o texto:

A charge, o humor, têm sido instrumentos críticos dos mais eficazes em todo jornal de oposição. E por isso não é de se estranhar que sejam justamente eles os primeiros a sofrerem uma censura mais feroz sempre que a polícia resolve manter sob seu controle qualquer publicação. Em Movimento não foi diferente. Três anos de censura significaram a não publicação de cerca de 2.200 charges, dos melhores cartunistas brasileiros. Um trabalho que acompanhou dia-a-dia os sofrimentos, as humilhações de grande parte da população pobre. Aqui está uma pequena amostra desses desenhos críticos, que na verdade não são apenas para a gente rir, mas também para perceber a ironia das injustiças. (MOVIMENTO, 1978, p.16)

A quantidade de ilustrações censuradas (das quais aproximadamente 2.200 foram charges) é reveladora do potencial crítico, contestador e persuasivo dessa forma de expressão comunicativa (Miani, 2012), que tem no humor um de seus elementos constitutivos. E é

justamente pelo humor que a charge ganha ares de transgressão, ou como nas palavras de Umberto Eco (1989), que “mina a lei”.

Mais do que reconhecer que a charge havia sido uma importante estratégia comunicativa do jornal Movimento durante o período em que esteve submetido à censura prévia, na edição número 155, de 19 de junho de 1978 - segunda edição do jornal livre da censura - o Movimento tomou outra iniciativa que reforçava ainda mais a importância que se atribuía à charge na concepção gráfico-editorial do periódico: foi criada a sessão “Corta Essa!”. Tratava-se de uma página (a última página do jornal) dedicada a publicar uma coletânea de charges dos mais diversos chargistas que colaboravam para o jornal, reafirmando o “tom provocativo” das charges (Miani, 2009, p.23) e concebido como “um grito de liberdade” (Azevedo, 2011, p.61). Além disso, até sua última edição, número 334, de 23 de novembro de 1981, a charge esteve presente em quase todas as edições do jornal Movimento.

Na sequência, apresentaremos um quadro geral em relação às charges, bem como um apanhado geral sobre os diversos tipos de ilustração, efetivamente publicados na primeira página do jornal Movimento durante o período em que o periódico esteve sob censura prévia, identificando as autorias e respectivas temáticas. Em seguida, analisaremos algumas charges com vistas a identificar a retratação da realidade que a censura permitiu mostrar, reafirmando a convicção quanto à natureza crítica e ao potencial contestador da charge, em especial, no contexto da imprensa alternativa.

4. O retrato de um Brasil sob censura nas capas do jornal Movimento

Durante quase três anos a censura prévia exigiu dos ilustradores e chargistas do jornal Movimento muito empenho e criatividade. Para se ter uma ideia, só da primeira edição, segundo Azevedo (2011, p.12), “os censores vetaram nada menos que quatro propostas de capas do jornal, além de 18 matérias inteiras, 8 fotografias, 10 ilustrações e 12 charges”. Nesse caso, a capa acabou não apresentando nenhuma charge, nem mesmo ilustração; ela foi composta por uma fotografia e algumas chamadas de texto.

E essa foi a rotina durante o período da censura prévia; às vezes, alguma charge pensada para ser publicada na capa era vetada e, com isso, era preciso mudar a proposta de composição da primeira página; por outro lado, em outras situações, a capa proposta, eventualmente, não previa a utilização de charge, mas era vetada e, como alternativa, era publicada alguma

ilustração; ou ainda, quando a charge ou outra imagem era aprovada, mas outros textos ou manchetes não, a imagem era ampliada e acabava produzindo efeitos não planejados inicialmente.

O fato é que o jornal Movimento foi semanalmente para as bancas de jornal e, à revelia do que era consentido pelo regime militar após a submissão do seu conteúdo à censura prévia, o referido periódico - sobretudo, por meio de sua primeira página - construiu um discurso crítico sobre a realidade brasileira subsidiado por diversas estratégias verbais e visuais, das quais nos propomos, nesse momento, a apresentar considerações analíticas sobre a contribuição das charges na conformação do referido discurso.

Ao explorar as 153 edições do jornal Movimento submetidas à censura prévia, constatamos que 16 delas não apresentaram nenhum tipo de imagem em sua primeira página (incluídas as edições apreendidas) e outras 27 utilizaram apenas fotografias para ilustrar a capa. Portanto, todas as demais edições contaram com algum tipo de imagem ilustrativa em sua primeira página que ficou assim distribuído: 47 charges⁷, 25 caricaturas e 35 ilustrações.

Para caracterizar a ilustração (Fig.2), aproveitamos o depoimento de um dos artistas da equipe do jornal Movimento, Rubem Grilo (*apud* Azevedo, 2011, p.56), que assim definiu a diferença entre charge e ilustração:

Eu nunca fiz um trabalho que é mais alvo de censura que é a charge, com um recado mais facilmente compreensível. A charge é mais direta, mais popular, está lidando com assuntos que as pessoas sabem o que é, é mais facilmente censurada. A ilustração tem camuflagem, ela pode ganhar um certo impacto de acordo com o contexto.

Dentre os artistas que mais produziram ilustrações para o jornal Movimento estão Jayme Leão, Elifas Andreato e Rubem Grilo. Inclusive, Jayme Leão foi considerado o maior capista do referido periódico. Para Azevedo (2011, p.59), “seus traços fortes, realistas e detalhados imprimiam um peso ao desenho que resumia bem o conteúdo denso das reportagens”. De acordo com Armando Sartori (*apud* Azevedo, 2011, p. 59), Jayme Leão teve participação em mais da metade das capas do jornal Movimento, “ou porque ele desenhou, ou porque ele fez a capa. Porque o Jayme além de desenhar fazia o *layout*, sabia a fonte que escolher e tal”.

⁷ Dentre as imagens apontadas como charge, algumas apresentam características específicas de cartum, porém serão aqui consideradas como parte de nosso *corpus* de análise por serem ambas de natureza dissertativa (Miani, 2023).

Figura 2 - Exemplos de capas do jornal Movimento que contêm ilustração



Fonte: Jornal Movimento, respectivamente: edição nº 19 (10/11/75), ilustração de Jayme Leão; edição nº 63 (13/09/76), ilustração de Elifas Andreato; edição nº 111 (15/08/77), ilustração de Rubem Grilo.

Ainda antes de concentrarmos nossa atenção nas charges, vale apresentar algumas considerações a respeito da outra modalidade do humor gráfico bastante utilizada para compor as primeiras páginas do jornal Movimento, qual seja, a caricatura, pois de alguma forma no respectivo contexto, a despeito de suas diferenças conceituais, ela cumpria uma função discursiva que funcionava muito mais como elemento dissertativo do que descriptivo⁸. Ao todo contabilizamos 25 edições que utilizaram as caricaturas como elemento imagético para compor a primeira página do jornal Movimento. Dentre os artistas que mais produziram caricaturas para a capa do periódico estão Jayme Leão (11) e Chico Caruso (9).

De modo geral, a caricatura cumpria a função de retratar alguma personalidade pública (político nacional ou internacional; artista, intelectual) que estaria citada em alguma matéria da respectiva edição ou que estava envolvida à época em alguma questão de conhecimento público. Apesar de valorizar a aspecto descriptivo (próprio dessa modalidade do humor gráfico), alguns elementos explorados ou acrescentados conferiam à caricatura um caráter crítico ou até mesmo de denúncia (Fig.3).

⁸ Há certo consenso entre os estudiosos do humor gráfico que a caricatura se define, fundamentalmente, por sua natureza descriptiva, na medida em que produz a representação de uma personalidade a partir do detalhamento ou da deformação de seus traços fisionômicos ou detalhes anatômicos, com vistas a enfatizar o que pode haver de mais característico da pessoa, possibilitando o seu reconhecimento.

Figura 3 - Exemplos de capas do jornal Movimento que contêm caricatura



Fonte: Jornal Movimento, respectivamente: edição nº 75 (13/09/76), caricaturas de Jayme Leão; edição nº 92 (15/08/77), caricaturas de Jayme Leão; edição nº 7 (10/11/75), caricaturas de Chico Caruso.

Os exemplos apresentados revelam bastante bem o propósito crítico (e provocativo) das caricaturas publicadas no jornal Movimento. Nas duas capas com caricaturas produzidas por Jayme Leão (edições nº 75 e 92), além de observarmos um traço bastante característico com uso de muita hachura para produzir um efeito de sombra, vemos personalidades que, em maior ou menor medida, são consideradas *personas non grata* pelo regime autoritário, o que, por si só, já representa uma resistência.

Numa dessas edições (nº 75), artistas do mundo da música ganham espaço no jornal para tratar da importância da cultura na luta pela democracia. Mercedes Sosa tem um depoimento publicado na íntegra; a obra de Chico Buarque é comentada tendo como mote o lançamento de um novo disco; e Elis Regina é a entrevistada da edição. Na outra edição (nº 92), a reportagem principal aborda o Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977, em que o presidente Ernesto Geisel decreta o fechamento do Congresso Nacional. A imagem da capa traz a caricatura dos principais parlamentares da oposição “em marcha” em alusão à perspectiva de tentar encontrar um caminho para conter aquela atitude arbitrária do governo Geisel.

Por sua vez, a imagem produzida por Chico Caruso para a capa da edição nº 7 mostra três políticos da época (inclusive, respectivamente, identificados com seus nomes para facilitar o reconhecimento por parte leitor: senador Jarbas Passarinho, deputado José Bonifácio e senador Dinarte Mariz) retratados como urubus pousados em uma antena de televisão,

brigando por espaço e tentando se equilibrar. Trata-se de uma imagem que se refere à matéria “Qual a taxa de democracia no Brasil?” em que o jornal entrevista os três parlamentares para saber a opinião deles sobre o grau de democracia existente no Brasil.

No entanto, na capa, a imagem aparece logo abaixo da manchete principal da edição, qual seja, “O festival de besteiras que assola o país”, produzindo um efeito de sentido muito mais crítico, na medida em que se pode estabelecer uma associação entre a manchete e a imagem caricatural (devido às relações intertextuais). Nesse caso, o que foi produzido como caricatura ilustrativa (apesar do chiste de retratá-los como aves de rapina), eventualmente, até poderia ser reivindicada como charge, pois a presença da caricatura (retrato caricato) pode ser considerada como um “elemento constitutivo da charge” (Miani, 2023, p.73).

Pois bem, passaremos agora a analisar a presença da charge nas capas do jornal Movimento. Contabilizamos 47 edições que publicaram charges para ilustrar a primeira página do jornal. Da mesma forma como identificamos com as caricaturas, foram Chico Caruso (16) e Jayme Leão (8) quem mais produziram charges para a capa do jornal Movimento; nesse caso, porém, também merecem destaque os chargistas Alcy (8) e Jota (7).

Para este artigo, optamos em realizar uma análise por temáticas e não por chargista, pois para este último caso, demandaria uma apresentação detalhada de cada um deles e, apesar de reconhecer as particularidades de cada artista, tomamos como pressuposto que todos compactuam de uma mesma perspectiva político-ideológica em consonância com os objetivos programáticos do jornal Movimento, abordando de forma consensuada - porém, singular - os principais temas da conjuntura sociopolítica e econômica da época.

Não podemos nos esquecer que se tratava de um período em que o jornal estava sob censura prévia, portanto, invariavelmente, as charges mais ácidas certamente haviam sido censuradas. Em depoimento, Chico Caruso (*apud* Azevedo, 2011, p.56) afirmou que o trabalho dos chargistas era triplicado, pois já haviam entendido qual deveria ser a dinâmica: “a gente fazia um desenho mais violento, uma água com açúcar e um intermediário. O cara cortava o mais violento, deixava o intermediário”.

Além disso, as charges mais visadas pela censura eram aquelas que faziam referência à realidade política brasileira. Sendo assim, encontramos um volume mais significativo de charges publicadas na primeira página abordando temáticas econômicas e sociais. A (difícil) realidade econômica dos trabalhadores brasileiros, vivendo sob uma ditadura civil-militar, foi

bastante explorada; temas como a questão salarial e as consequências da inflação na vida cotidiana mereceram várias charges em primeira página (Fig.4).

Figura 4 - Charges sobre a questão econômica



Fonte: Jornal Movimento, respectivamente: edição nº 8 (25/08/75), charge de Alcy; edição nº 21 (24/11/75), charge de Chico Caruso; edição nº 65 (27/09/76), charge Chico Caruso.

Apesar de saber que em curtos períodos de tempo podem ocorrer mudanças significativas na ordem econômica de um país, em razão de mudanças conjunturais nacionais ou internacionais, é possível considerar que, de modo geral, a realidade econômica do governo Geisel foi marcado pelo crescimento da inflação - principalmente, pressionada pela crise do petróleo e pela falência do “milagre econômico” - e pelo aumento da dívida externa.

No início do governo Geisel ainda havia alguma expectativa em relação à continuidade dos “bons resultados” da economia que havia marcado o período do chamado “milagre econômico”; porém, não tardou e o presidente Geisel percebeu que a realidade era outra e seis meses após a sua posse, em setembro de 1974, lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que “consistiu em ambicioso programa de reformas e metas de investimento, realizado no governo Ernesto Geisel [...], cujo objetivo era manter o crescimento econômico a partir de modificações na estrutura industrial” (Moraes; Bastos, 2022, p.182).

A partir de então, os embates entre os críticos e os entusiastas do II PND dividiram as análises econômicas da época; porém, o que se pode constatar é que, segundo José Pedro Macarini (2011, p.40), “o ano de 1974 encerrou-se com a economia sendo revisitada pelo

“fantasma da crise de estabilização” e que, nos anos seguintes, a realidade dos trabalhadores seria marcada por profundas dificuldades econômicas.

Em relação à questão salarial, a partir da Lei nº 4.725, de julho de 1965, os governos militares introduziram uma abrangente política de compressão salarial que perdurou de forma contínua até 1974 e que resultou em um profundo arrocho salarial. Nesse contexto, em novembro de 1974, durante o governo Geisel, foi decretada a Lei 6.147 que estabeleceu algumas mudanças na política dos salários, porém o controle dos reajustes por parte do Executivo foi mantido (Jornada, 1989). Diante disso, a realidade salarial dos trabalhadores foi tema de algumas capas do jornal Movimento, afinal, tratava-se de um tema bastante sensível à época, pois o aumento do custo de vida acarretado pela alta da inflação e a contenção dos salários aumentaram o descontentamento dos trabalhadores.

Na primeira edição selecionada (nº 8) vemos a imagem de um trabalhador, estafado e suando, carregando um mapa do Brasil nas costas. A manchete destaca a palavra “Salários” complementado pela frase “Radiografia da política salarial brasileira” que indica para uma matéria que abordou um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revelando os prejuízos causados pelos mecanismos de reajuste salarial estabelecidos pelo governo. Mesmo sem acessar a matéria, a charge produzida por Alcy sugere uma relação com a manchete e já pressupõe uma relação entre exploração do trabalhador e baixos salários.

A outra capa que tem como tema principal a questão dos salários (nº 21) contou com uma charge de Chico Caruso retratando o ministro da Fazenda durante o governo Geisel, Mário Henrique Simonsen, segurando uma pequena lousa e apontando para uma indecifrável equação matemática, se dirigindo a um trabalhador que parece estar completamente sem roupa, protegido por um barril, e com uma expressão de irritação. A charge faz referência à reportagem que analisa os desdobramentos da constituição de uma comissão (CPI dos salários) que fora constituída para investigar a política salarial do governo. A crítica explícita é dirigida ao então ministro que terá que se explicar à comissão sobre as “manobras” inventadas em relação às políticas salariais e que levou os trabalhadores à condição de penúria.

Ainda no bloco de charges sobre a questão econômica, selecionamos a primeira página de uma edição que traz uma charge de Chico Caruso retratando o tema da inflação (nº 65). A respectiva manchete, bem como o conteúdo da matéria correspondente indicam para uma

análise sobre as teorias que explicam o fenômeno da inflação. Discursivamente, a charge é bastante explícita ao mostrar as diferentes realidades das elites e das classes subalternas quando o assunto é inflação. Verificamos que a imagem retrata, de um lado, a realidade de um trabalhador que sai de um empório sem roupas e com apenas um pacotinho, enquanto, de outro lado, uma madame acompanha seu empregado carregando um saco cheio de produtos que acabou de comprar em um hipermercado. A distinta realidade das classes sociais, afetadas diferentemente pela inflação, é explicitamente denunciada nesta charge que, talvez distraidamente, foi aprovada pela censura prévia.

Como já apontamos, a censura prévia agiu de modo mais agressivo quando se tratava de assuntos relacionados à política, o que fez com que pouquíssimas edições apresentassem temas de política em sua primeira página, em especial, charges ou ilustrações. De nossa parte, acabamos considerando algumas charges como tratando de questões políticas muito mais pelo efeito de sentido produzido do que por se relacionar diretamente com algum tema específico do campo da política; além disso, também consideramos que algumas caricaturas acabaram cumprindo a função de uma charge, pois os personagens retratados - e, mais do que, isso, a forma como foram retratados - remetem subliminarmente ao universo da política (Fig.5).

Figura 5 - Charges que podem ser relacionadas à questão política



Fonte: Jornal Movimento, respectivamente: edição nº 139 (27/02/78), caricatura/charge de Jayme Leão; edição nº 34 (23/02/76), charge de Alcy; edição nº 94 (18/04/77), charge de Jota.

No caso da caricatura produzida por Jayme Leão, trata-se de Sérgio Paranhos Fleury que atuou como delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) durante o período da ditadura e foi considerado um dos mais notórios torturadores do regime militar. Nesse caso, a edição apresentou como manchete “A sentença contra Fleury” cuja matéria trataria da sua condenação em processo que investigava sua atuação nos esquadrões da morte. Os efeitos estéticos produzidos pelos sombreados na imagem conferem um tom sinistro ao rosto de Fleury que coadunam com sua personalidade; com esse recurso, extrapolam-se os limites do descritivo, próprios da caricatura, e a imagem avança para uma condição dissertativa, podendo ser reivindicada como charge (Miani 2023).

A imagem seguinte é ainda mais “subversiva” em relação ao seu propósito de se relacionar com temas do campo da política. A charge produzida por Alcy está diretamente relacionada com a manchete “O INPS e a política do arranca-dentes (ela corta o mal pela raiz?)”. Trata-se de uma charge sem nenhuma referência à questão política; nela se vê uma pessoa posicionada atrás de uma cadeira (poderíamos supor ser um dentista em seu ambiente de trabalho, porém as iniciais INPS no bolso de sua camisa coloca isso em dúvida), segurando um alicate, dispensando um dente e, salivando, chamando “o próximo!”. Apesar de não haver nenhuma manchete que pudesse produzir uma relação intertextual imediata com algum tema da política do regime autoritário, o efeito de sentido que emana da charge remete às situações de tortura, próprias dos governos militares; neste sentido, essa imagem poderia ser considerada uma “charge editorial” (Miani, 2023).

Por fim, a última charge selecionada para nossas análises trata diretamente de uma questão política. A edição traz como manchete “As reformas”, em referência ao “Pacote de Abril” que havia sido decretado pelo governo Geisel alguns dias atrás. A imagem é composta por dois quadros, conformando uma tira chárge; no quadro superior vemos um personagem estereotipado do político brasileiro conversando descontraidamente com outro personagem, tipificado como o cidadão comum, e dizendo “abre a boca e fecha os olhos!” (expressão popular utilizada para fazer gracejo quando se pretende oferecer algo comestível a outrem); no quadro abaixo, o desfecho mostra o político se afastando com expressão sarcástica enquanto o cidadão comum foi amordaçado.

Nesta charge, o efeito cômico pode ter possibilitado um desvio de atenção por parte dos censores que, eventualmente, não perceberam a virulência da crítica às medidas apresentadas

no pacote econômico do governo Geisel, ou foi justamente essa comicidade que contribuiu para que a censura prévia não vetasse a publicação da referida charge, mesmo percebendo a crítica explicitada.

Enfim, de modo geral, pudemos constatar que a utilização das charges nas capas do jornal Movimento cumpriu uma função majoritariamente ilustrativa. Seu potencial crítico e contestador, certamente, poderia ter sido mais explorado - e talvez o tenho sido feito -; porém, em razão da censura prévia, o que vimos em cada uma das edições foi aquilo que os censores permitiram publicar. Hoje, talvez, consideramos que o que a charge e os demais tipos de ilustração revelaram tenha sido pouco em relação ao que era necessário mostrar e denunciar à época; mas, justamente por isso, consideramos que o jornal, apesar de todos os limites e contradições, foi um bastião de resistência e, nesse sentido, merece todo o nosso respeito e reverência. Reproduzindo um lema de Raimundo Rodrigues Pereira, “Vive a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa!”.

Considerações finais

O jornal Movimento ainda oferece muita matéria-prima a ser pesquisada. E cada vez que se manuseia suas páginas, ativa-se memórias vividas ou conhecimentos que impulsionam a querer compreender de modo cada vez mais qualificado o significado daquilo que foi publicado, ou ainda, a desvendar seus segredos, suas estratégias, suas contradições, reforçando a convicção de que se tratou de uma experiência valiosíssima e até paradigmática no universo da imprensa das classes subalternas.

Nessa busca por ampliar os conhecimentos a respeito do jornal Movimento, as charges ainda carecem de mais atenção; elas cumpriram papel estratégico no projeto editorial do referido periódico e são reveladoras da substância que constituiu a formação discursiva e a formação ideológica do programa político em que se fundamentou o jornal Movimento, bem como são um retrato bastante expressivo da resistência que representou a própria existência do jornal, em especial no período em que esteve sob censura prévia, mas também em todo o período em que esteve em circulação.

De modo geral, as charges aqui analisadas foram “o que restou da censura prévia”, portanto, eventualmente, destituído de seu potencial ainda mais crítico e contestador e, na maioria das vezes, utilizados em sua função mais ilustrativa; no entanto, ainda assim, cumpriu

bem seu papel de fazer a crítica e a denúncia das mazelas do regime ditatorial levando ao público, com humor e ludicidade, um pouco da realidade amarga que a sociedade brasileira estava enfrentando.

Com este trabalho, apenas iniciamos nossa trajetória de pesquisa que visa aprofundar a presença e a importância da charge como estratégia comunicativa do jornal Movimento. Aqui, analisamos - e ainda de forma incompleta - apenas as primeiras páginas das edições que circularam enquanto o jornal esteve sob censura prévia. As demais charges publicadas no interior das edições sob censura prévia, bem como todas as charges publicadas nas edições que não passaram pela censura ainda serão objetos de análises. Isso sem contar que, de modo ainda mais desafiador, pretendemos localizar e analisar as mais de duas mil charges que foram censuradas; certamente, elas poderão revelar um Brasil que, em razão da censura, foi impedido de ser mostrado e denunciado para a sociedade brasileira da época.

Referências

- AGUIAR, Flávio. Censura e cultura em Movimento. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**. São Paulo: EDUSP / IOESP / FAPESP, 2002, p.403 a 417.
- AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.
- AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. Belo Horizonte: Manifesto. 2011.
- BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422/119736>. Acesso em: 15 fev. 2025.
- CARVALHO, Aloysio Henrique Castelo de. Geisel, Figueiredo e a liberalização do regime autoritário (1974-1980). **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 115-147, 2005.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ECO, Umberto. Los marcos de la “libertad” cómica. In: ECO, Umberto; et. al. **Carnaval!**. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p.9-20.
- EDITORIA MANIFESTO. Apresentação. In: AZEVEDO, Carlos. **Jornal Movimento**: uma reportagem. Belo Horizonte: Manifesto. 2011, p.V-VII.
- FARIA, Adriano; FONTENELLE, André. Especial: Senado 74: A eleição que abalou a ditadura. **Senado Notícias**, Agência Senado, Brasília, 14 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/11/14/especial-senado-74-2013-a-eleicao-que-abalou-a-ditadura>. Acesso em 16 fev. 2025.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

JORNADA, Maria Isabel Herz da. A política salarial: uma visão panorâmica da legislação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 65-78, 1989. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/115/311>. Acesso em 23 fev. 2025.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? um ensaio de revisão. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 30-61, jan-abr/2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rec/article/view/27564/15069>. Acesso em 23 fev. 2025.

MANZANO, Júlia. **Liberado com cortes**: tática e estratégia no jornal Movimento no processo de liberação da censura prévia em 1979. Porto Alegre: UFRGS. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. 2.ed., São Paulo: Global, 1980. (Coleção Passado & Presente; 14).

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **O voto como protesto nas eleições parlamentares**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Lula, 2025a. Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/voto>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. **Pacote de Abril impõe novo retrocesso**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Instituto Lula, 2025b. Disponível em: <https://memoraldademocracia.com.br/card/pacote-de-abril-impoe-novo-retrocesso>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Abertura lenta e repressão contínua**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2025a. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-repressao-continua/>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Um disfarce legalista para a ditadura - de 1964 a 1968**. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2025b. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/um-disfarce-legalista-para-a-ditadura-de-1964-a-1968/#sobre>. Acesso em: 17 fev. 2025.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **Charge**: elementos de teoria e subsídios para uma metodologia de análise. São Paulo: Editora Criativo, 2023.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Charge: uma prática discursiva e ideológica. **Revista Nona Arte**, São Paulo, v.1, n.1, p.37-48, set. 2012.

MIANI, Rozinaldo Antonio. A luta pela redemocratização no Brasil através da charge no jornal Movimento. In: WOITOWICZ, Karina Janz (org.). **Recortes da mídia alternativa**: histórias e memórias da comunicação no Brasil. Ponta Grossa, PR: Editora da UEPG, 2009. p.19-30.

MORAES, Rafael; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. O Estado em disputa: os objetivos do II PND e os interesses dos industriais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 32 n. 1 p. 181-204, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/434xFFWgnqzkmFWK5w3mbDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 23 fev. 2025.

MOREIRA, Cassio Silva. **O projeto de nação de João Goulart**: o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Porto Alegre: UFRGS. 2011. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MOVIMENTO. **Humor proibido.** Movimento, n.154, 12 de junho de 1978, p.16.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. **Nasce um jornal.** Publicado em suplemento de lançamento do jornal Movimento, 07 jul. 1975.

SALLUM JR., Brasílio. **Labirintos:** dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Vanderli Maria da. **A construção da política cultural no regime militar:** concepções, diretrizes e programas (1974-1978). São Paulo: FFLCH/USP, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.